

Musealizando a diferença: Acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+

Musealizing the difference: LGBTQIAPN+ virtual collections and museums

Hugo Menezes Neto

Universidade Federal de Pernambuco (Departamento de Antropologia e Museologia)

hugo.menezesnt@ufpe.br

Recife, Pernambuco, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0902-9649>

Thiago Barcelos Soliva

Universidade Federal do Sul da Bahia

thiagosoliva@gfe.ufsb.edu.br

Teixeira de Freitas, BA, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-3355-6569>

Recebido em: 30 de junho de 2023

Aceito em: 18 de agosto de 2023

Resumo

Este artigo apresenta reflexões antropológicas sobre a experiência de museus virtuais LGBTQIAPN+, instituições empenhadas na construção e salvaguarda das memórias desses grupos, bem como na disponibilização de acervos digitais e exposições virtuais. Considerando a importância dessas ações como forma de inclusão da diversidade sexual e de gênero no campo museal, de reparação histórica e de luta por cidadania patrimonial, sistematizamos informações de três experiências exemplares: o Museu Bajubá, o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) e o Arquivo Lésbico Brasileiro. Como efeito advertido, produzimos uma revisão crítica na interface com a “Museologia LGBT+”, pensando o “desejo de museu” e a “disputa pelo arquivo” para engendrar um debate que responda a ideia de “musealização da diferença”.

Palavras-chave: Museus virtuais; patrimônios LGBTQIAPN+, memória LGBTQIAPN+; Arquivo.

Abstract

This article presents anthropological reflections on the experience of virtual LGBTQIAPN+ museums, institutions dedicated to the construction and safeguarding of the memories of this group, as well as the provision of digital collections and virtual exhibitions. Considering the importance of these actions as a means of including gender and sexual diversity in the museum field, of historical reparation, and of the struggle for heritage citizenship, we systematize information from three exemplary experiences: the Bajubá Museum, the Transgender Museum of History and Art (MUTHA), and the Brazilian Lesbian Archive. As a result, we offer a critical review of the issues surrounding “LGBT+ Museology”, contemplating the “desire for a museum” and the “dispute over the archive” to engender a debate that addresses the idea of “musealizing difference”.

Keywords: Virtual museums; LGBTQIAPN+ heritage; LGBTQIAPN+ memory; Archive.

Apresentação

A literatura antropológica sobre patrimônio cultural e museus tem crescido em volume e diversidade temática nos últimos anos. Temas como os patrimônios LGBTQIAPN+ e museus ligados à diversidade sexual e de gênero têm não somente ampliado o “vocabulário do patrimônio” (Gonçalves, 2012), mas levado pesquisadoras e pesquisadores a interagir com outros campos de conhecimento e teorias críticas, como as decoloniais, crítica feminista, teoria queer e interseccionalidade.

Se em seus trabalhos clássicos a antropologia situou os debates sobre museus e patrimônios focalizando os processos de invenção da nação, atualmente, os trabalhos desse campo se dedicam à tarefa político-científica de reconhecer “outros patrimônios” e “outros museus”, sobretudo aqueles relacionados a grupos sociais historicamente alijados das narrativas oficiais sobre a nação. Tais debates contemporâneos não constituem, como diria Menezes Neto e Soliva (2022), o fetiche ou desejo por conservar materialidades do passado, mas sim o esforço de revisão histórica decolonial que mobiliza produtores/detentores com foco na consolidação de uma cidadania patrimonial¹ (Lima Filho, 2015).

Vemos, assim, grupos sociais deliberadamente excluídos da história e da memória coletiva nacional (Pollak, 1989)² ocupado a internet para criar instituições legitimadoras de discursos que, em última instância, requerem o reconhecimento de seus patrimônios e de suas próprias narrativas memoriais. Como efeito, há um expressivo aumento do número de museus e arquivos virtuais especialmente dedicados às demandas culturais e patrimoniais da população LGBTQIAPN+. A emergência desses museus evidencia novos processos e atores sociais na disputa pelo trabalho de reconstrução da história e de reivindicação das memórias. O que vemos, então, é uma tentativa de subversão do jogo sociocultural de lembrar e esquecer, com a destituição da

¹Cidadania patrimonial, como defende Manuel Ferreira Lima Filho (2015), se refere à capacidade operativa de indivíduos e grupos para a construção de estratégias de interação com os bens culturais e com as políticas patrimoniais.

² Michael Pollak, (1989) a partir da leitura crítica de Maurice Halbwachs e com bases em Pierre Bourdieu, chama a atenção para a ideia de memória coletiva uma forma específica de dominação ou violência simbólica. Para o autor, a memória coletiva se quer nacional e tem um caráter destruidor, uniformizador e opressor. Trata-se de uma imposição que apaga, relega ao esquecimento, a história e a memória de “grupos minoritários”, em seus termos. Quando tais grupos conseguem, de maneira subversiva, trazer ao debate na esfera pública suas “memórias subterrâneas” ergue-se o campo de “disputas pela memória”. Por sua vez, entendemos memória aqui como resultado de forças sociais, assimétricas e irregulares, que operam sobre o que lembrar e o que esquecer, sempre exposta às transformações e objeto de muitos conflitos. Nas palavras de Andreas Huyssen (2000): “a memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento”.

“história única” e a valorização da pluralidade de histórias ou narrativas que contemplem grupos sociais nunca antes lembrados pela oficialidade. A história única sempre foi um perigo, como afirma Chimamanda Ngozi Adichie (2009:16):

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2009: 16).

Considerando essas questões, este artigo examina, primeiramente, a emergência de uma “Museologia LGBT+”³ no Brasil, para em seguida apresentar e discutir ações e conceitos mobilizados por três de suas representantes na virtualidade: o Museu Bajubá, o Arquivo Lésbico Brasileiro e o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA). Essas instituições apontam para a incidência desse debate na prática museal brasileira, cada vez mais impelida a se preocupar com a construção, preservação e divulgação dos patrimônios e das memórias LGBTQIAPN+⁴. Este trabalho busca sistematizar algumas informações e dados oriundos da investigação das narrativas, conceitos e atividades dos referidos museus virtuais; e ainda por meio de entrevistas com as cofundadoras do Museu Bajubá, Rita Colaço, e do Arquivo Lésbico Brasileiro, Augusta da Silveira de Oliveira.

Nossas reflexões têm como ponto de partida o cruzamento entre a crítica ao regime de poder da sexualidade e a noção de arquivo, postulados por Michel Foucault, na qual ancoramos as considerações sobre o projeto e a agenda de uma “Museologia LGBT+”, que ressoam nos conceitos e nas práticas dos museus ligados ao tema. Entendemos que museus inscritos numa “museologia LGBT+” não apenas atuam na relevante missão de produção e salvaguarda das memórias das pessoas LGBTQIAPN+, mas também expressam anseios de inclusão museal, disputam espaço no debate público patrimonial e pretendem pautar uma agenda de discussão política progressista. Assim, seguimos as pistas de Foucault (2014: 08) perseguindo as perguntas: “O que há enfim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo?”.

³ Optamos pela terminologia Museologia LGBT+ porque assim ela aparece na literatura museológica sobre o tema.

⁴ Nesse texto apareceram diferentes variações do acrônimo LGBTQIAPN+. Optamos, como autores, por usar LGBTQIAPN+, pois ela é mais inclusiva e aparecerá nesse texto sem aspas quando nos referirmos genericamente sobre essa população, o processo de construção dos seus direitos e o movimento social que se organizou em torno da diversidade sexual e de gênero. Quando outros/as autores/as se referirem a variações do acrônimo usaremos aspas.

Desejo, Museus e Arquivo

Foucault (2020) explora a elaboração do “sexo” como constructo classificador a serviço da regulação e do controle sociais da sexualidade⁵. A sexualidade, para esse filósofo, encontra-se do lado da norma, da disciplina e da regulamentação, inscrevendo-se como dispositivo de disciplinamento dos corpos e, conseqüentemente, de gestão da vida. Ele chama a atenção, desse modo, para o dispositivo de sexualidade como tecnologia de poder, operando para produzir o “desejo de sexo – de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, liberá-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade” (Foucault, 2020: 170). Para os propósitos deste artigo, compreendemos que há um “desejo de museu”, por parte de intelectuais e ativistas LGBTQIAPN+, que busca romper com a “vontade de verdade sobre o sexo” operando a desestabilização de saberes disciplinadores sobre corpos dissidentes.

Nota-se, portanto, um aumento expressivo de museus dedicados às questões LGBTQIAPN+ com um intuito de redefinir discursos hegemônicos e opressivos acerca da diversidade sexual e de gênero ancorando-se em novas narrativas memoriais. O aumento do número de museus no mundo é objeto da discussão de pensadores com o sociólogo Andreas Huyssen (2000), que compreende esse fenômeno como resposta ao imperativo da lembrança que vivemos na atualidade, o que chama de tempos de “excesso de memória” e “pânico social do esquecimento”. Como efeito, ele aponta para um crescimento exponencial de “instrumentos de rememoração” e de operadores da musealização. O que acreditamos está em jogo neste momento, contudo, é a disputa pelo domínio da “maquinaria museal”⁶, pela gestão dos espaços de (re)organização e legitimação de narrativas e discursos, como os museus; disputa impetrada pelos que não apenas foram apagados da história oficial/única e de memória coletiva/nacional, mas que, sobretudo, foram alijados da participação na produção delas.

⁵ Judith Butler (2006:166) explica que a ideia de sexo oculta e unifica artificialmente uma variedade de funções sexuais distintas e não relacionadas, e ainda “aparece no discurso como causa, como essência interior que tanto produz como torna inteligível todo tipo de sensação, prazer e desejo como específicos de um sexo.”. A autora arremata: “Em oposição a essa falsa construção do sexo como unívoco e causal, Foucault engaja-se num discurso inverso, que trata o “sexo” como efeito e não como origem. Em lugar do “sexo” como causa e significação originais e contínua dos prazeres corporais, ele propõe a ‘sexualidade’ como um sistema histórico aberto e complexo de discurso e poder, o qual produz a denominação imprópria de sexo para ocultar e, portanto, perpetuar as relações de poder.” (Butler, 2006: 170).

⁶ Uma alusão a ideia de “maquinaria patrimonial” do sociólogo Henry Pierre Jeudy (2005). Corresponde, a grosso modo, ao conjunto de atores envolvidos com o patrimônio (em suas hierarquias simbólicas e disputas), as operações (tais como conceituação, definição, seleção, patrimonialização, difusão, preservação e salvaguarda), e a gerência dos discursos acerca de bens culturais legitimados como tal

Se vivemos no que Foucault (2020:160) chamou de sociedade “do sexo”, ou melhor, da sexualidade – na qual os mecanismos do poder “falam da sexualidade e para a sexualidade”-, a anterior ausência e o atual baixo quantitativo de museus dedicados à diversidade sexual e de gênero denuncia o controle dos discursos sobre a sexualidade por meio de uma “maquinaria museal” (uma rede de agentes privilegiados, operadores da musealização) que trabalhou, e ainda trabalha, para a manutenção e reprodução de conteúdos imagéticos e discursivos conservadores, patriarcais e cisheteronormativos. De acordo com Foucault (2014:09), existem em toda a sociedade procedimentos para o controle, seleção, organização e redistribuição do discurso com vistas a “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Como se o discurso “longe de ser esse elemento transparente e neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um lugar onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns dos seus mais temíveis poderes”. Nesse sentido, o aumento do que conhecemos, genericamente, como “museus LGBTQ+” reflete um conjunto de estratégias de resistências conectadas a disputas de poder em torno da produção discursiva e das operações museais que historicamente excluíram as experiências sociais não heterossexuais de suas narrativas.

Foucault (2014), à luz da psicanálise, afirma que o discurso não meramente oculta ou manifesta o desejo, ele é o próprio objeto do desejo: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2014:10). Da perspectiva de uma antropologia dos museus, contudo, acreditamos que a luta pelo discurso é também uma luta pelo arquivo – pelo sistema de acúmulo, historicidade e desaparecimento – onde se processa o jogo das relações que promove legitimação, consolidação, permanências e mudanças nos discursos. Assim, tomar a governança do arquivo, desarticulando os sistemas de controle de formação e transformação dos enunciados, é uma forma estratégica de luta pelo discurso.

O arquivo foucaultiano não é “soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documento de seu próprio passado ou como testemunho de sua identidade mantida” (Foucault, 2013: 157), tampouco se refere meramente às instituições de guarda e conservação de memórias que “permitem registrar e conservar os discursos de que se tem lembrança e manter livre à disposição” (idem). O arquivo, enfim, é um sistema de discursividade que seleciona e interliga discursos, os aloja na

história e, por conseguinte, exclui outros. Conforme Foucault (2013: 157), é um sistema que transforma enunciados em acontecimentos e coisas, preocupado com “o que fazer com tantas coisas ditas, por tantos homens, há tantos milênios”. Ele não é descritível em sua totalidade, é incontornável em sua atualidade e opera entre a tradição e o esquecimento impondo as regras que permitem aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. Desse modo, nos termos do autor:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente numa massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desaparecem ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (...) Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser o que nos assegura a existência no meio do discurso mantido, o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os específicos em sua duração própria. (Foucault, 2013: 158-159).

Sabemos que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências, ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2013: 157), logo, criar museus é um caminho para entrar na ordem do discurso, pois, por sua natureza conceitual, são instituições potencialmente ligadas ao arquivo. Instaurar um museu ligado às experiências sociais e demandas políticas LGBTQIAPN+ é ocupar um lugar de protagonismo interdito a esse grupo social no jogo complexo que define o que dizer, guardar ou descartar; é finalmente burilar autonomamente o sistema discursivo e, conseqüentemente, elaborar novos discursos. Por isso acreditamos que é ele próprio, o museu, como dobra, outro objeto do desejo.

Museologia LGBT+: pulsões e desejo por novos museus

Há aproximadamente uma década vem se consolidando um importante debate acerca da emergência de uma “Museologia LGBT+” no Brasil, capitaneado por professores/as, pesquisadores/as e ativistas. Olhando em retrospecto para a produção acadêmica oriunda desse debate, gostaríamos de destacar três eixos fundamentais, dimensões estruturais ou pulsões do “desejo de museu”, plenamente interligados, que podem ajudar a pensar os conceitos e ações dos museus virtuais adiante trazidos como exemplos paradigmáticos da incidência desse campo de ideias, ou arena de conflitos simbólicos, que envolve a disputa pelo arquivo.

O primeiro eixo é o impulso de conexão entre a “Museologia LGBTQIAPN+” e a história do Movimento LGBTQIAPN+. Trata-se do que chamamos de pulsão pela origem, inscrita, sobremaneira, numa discussão política histórica. A historiadora e professora do curso de museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Thainá Castro, e a museóloga Mayara Ladeia, afirmam:

A relação entre a comunidade LGBTQ e a museologia não começa agora, o interesse de museus tradicionais ou centrais, de revistas e instituições é fruto da luta do movimento LGBTQ brasileiro, do surgimento da museologia social, de acontecimentos históricos e implementação de políticas públicas, que juntos pressionaram não só a museologia, mas toda a sociedade na busca pela garantia de direito à vida. (LADEIA; CASTRO, 2022: 232).

O argumento central de Ladeia e Castro (2022) é que entre os anos de 1970 (com a emergência do Movimento Homossexual Brasileiro) e os anos 2010, os movimentos sociais pautaram discussões e travaram lutas por direitos das pessoas LGBTQIAPN+ que abriram espaço na esfera pública para as reivindicações acerca do direito ao patrimônio e à memória. Nessa narrativa se desenha um contexto favorável à instauração de uma museologia finalmente preocupada com uma representatividade LGBTQIAPN+, ou melhor, com a ausência dela, nos museus.

A ideia de ausência lastreia o segundo eixo, o da crise da representação ou a pulsão acusatória. Diferentemente de se pensar a “Museologia LGBTQIAPN+” como uma dobra – tardia, porém, orgânica – na história do Movimento LGBTQIAPN+, a força do argumento instaurador dessa museologia seria o incômodo com a ausência, apagamento ou invisibilidade deliberada de representações, de memórias e patrimônios a serem criados e classificados como LGBTQIAPN+, aliado à vontade de reparação histórica. O que chamamos de crise da representação atende por uma fissura, uma ferida patriarcal e LGBTQfóbica, colonial por si, que excluiu minorias sociais das narrativas expositivas e ações museais. Enquanto o primeiro eixo parece querer acomodar a “Museologia LGBTQIAPN+” como resíduo de um contexto de luta que convertia gradativamente os obstáculos e interditos em um novo e favorável contexto para ideias progressistas e conquistas de direitos, e também como culminância das agendas de mobilização dos grupos e ativistas; o segundo eixo, em seu tom marcado pela constatação da LGBTQfobia das instituições museais, destrona a organicidade ou a linearidade da formulação histórica e se apresenta como epicentro do debate: “Foi em oposição ao pensamento LGBTQfóbico que a ‘Museologia LGBTQIAPN+’ passou a reivindicar seu território no campo” (Boita et al., 2022: 18). Nesse sentido, enquanto para Ladeia e Castro (2022) a

museologia social dos anos de 1970 – que reorienta a atenção dos museus de seus objetos e coleções para a comunidade, o entorno e as questões sociais – mostrava-se o princípio da mudança para uma gradual, e pouco conflitiva, política de inserção das memórias das minorias sociais. Para outros autores e promotores do debate, como o museólogo e antropólogo Tony Boita e o historiador e professor do curso de museologia da Universidade Federal de Sergipe, Jean Baptista, a museologia social seria mais um marcador histórico, ou constructo teórico museológico, alojado na crítica à continuidade da exclusão da diversidade sexual e de gênero ou à permanência do silêncio sobre a experiência social LGBTQIAPN+.

Em seguida, porque apesar de termos tido notícias sobre a Nova Museologia — virada ontológica dos anos 70 onde as comunidades passaram a ser consideradas como parte fundamental dos projetos museológicos —, nada sobre a questão LGBTQ+ por lá foi dito. De fato, orientando por um senso puritano, o pensamento revolucionário da Nova Museologia por décadas se constituiu desprovido de sexualidade e, consequentemente, indiferente a nossas dores. Como resultado, a Museologia interessada na libertação para nós representou muito mais uma exclusão, apagamento, trauma ou reforço à LGBTfobia que bem conhecemos em nosso cotidiano. (Boita; Baptista; Habib; Sabará, 2022: 19).

Destacamos, portanto, que embora a “Museologia LGBTQ+” pareça ancorada na projeção histórica da luta por direitos, seus fundamentos político-acadêmicos se conformam com mais vigor em uma outra ordem: na constatação da ausência da representação da diversidade sexual e de gênero nos museus, acusando-os de ainda serem espaços de reprodução da LGBTfobia estrutural (Baptista; Boita, 2017a e 2017b). A “Museologia LGBTQ+”, como programa coletivo, por sua vez, intenta conciliar a necessária produção epistêmica, com vistas a elaborar conceitos e categorias que fundamentem o debate, com o enfrentamento à precarização da vida (Butler, 2019)⁷ das pessoas LGBTQIAPN+ (no país que mais mata essa população no mundo) no que concerne à atuação do Estado na elaboração e atualização contínua de uma memória nacional heteronormativa, branca e patriarcal, logo, precária, insuficiente, excludente e violenta.

O terceiro eixo do debate da “Museologia LGBTQ+”, chamaremos aqui de programático. Trata-se dos esforços de edificação de um campo com a elaboração de um programa constituído de um projeto intelectual e um político que se alimentam

⁷ Para Butler (2019:40), a precariedade designa a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizada na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração das redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.

mutuamente. O projeto intelectual, grosso modo, busca analisar “o problema da representação da diferença nos regimes museais contemporâneos” (Soares, 2020), com o auxílio do arcabouço teórico de gênero e sexualidade das ciências humanas, como o feminismo (e seus conteúdos interseccionais) e a teoria *queer*. O projeto político, por sua vez, pretende se desfazer das heranças de uma museologia eurocentrada, androcêntrica, cisheteronormativa e, em última instância, LGBTfóbica, por meio da elaboração de uma agenda de reivindicações que versam sobre a garantia do direito à memória e à preservação do patrimônio LGBTQIAPN+, com vistas à valorização da formulação identitária dos sujeitos cujos corpos se inscrevem na dissidência da norma e na insubordinação dos padrões. De acordo com Foucault (2020: 169), é pelo sexo que todos devem passar para “ter acesso a sua própria inteligibilidade”, à “totalidade de seu corpo” e “à sua identidade”. Pretende-se repensar os museus em sua relação com o sexo e a sexualidade – assumindo, consequentemente, sua atuação como dispositivo da sexualidade – para repensar as identidades. Como afirma o museólogo e antropólogo Bruno Brulon Soares (2020):

Repensar os museus no presente e a reavaliar os quadros sociais das identidades que eles encenam é papel de uma museologia consciente e reflexiva que está disposta a se debruçar sobre aquilo que recebemos pronto da museologia tradicional e eurocêntrica para reformular as pedras fundamentais que erguem os nossos museus. Derrubar os templos deve ser apenas o começo de uma reconstrução de uma política de identidade no bojo dos regimes de identidades que criamos e o início bem-vindo de um longo caminho de debates sobre outros sexos, outros comportamentos e outras musas para celebrar nossas diferenças (Soares, 2020: 83).

Essa pulsão programática revela desafios e avanços. O desafio premente se instala nas dificuldades de conciliação, ou na divergência evidente, das experiências sociais⁸ que compreendem a ideia de uma comunidade LGBTQIAPN+. Essa comunidade política abriga em sua unidade uma vasta diferença interna que aponta para hierarquias sociais, exercício de micropoder e níveis distintos de precarização. Não obstante, a “Museologia LGBT+” se deparou com questões singulares, como, por exemplo, aquelas ligadas à experiência social das mulheres travestis e transexuais, como iluminou Lirous K’yo Fonseca Ávila, coordenadora geral da Associação em Defesa dos Direitos Humanos (ADEH), em seu artigo “No museu, onde está a travesti?” (2021). Ou, questões relacionadas especificamente às mulheres cis lésbicas, que indicam a

⁸ A noção de experiência aqui acionada é baseada no pensamento de Stuart Hall (2003: 134), que sobre ela diz: “Em última análise, trata-se de onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida, como as definem e a elas respondem”.

necessidade de investimentos em uma “museologia sapatão” no intuito de, nas palavras da museóloga Victória Lobo Fernandes (2022: 220) “sapatonas, como eu, conquistemos visibilidade nos museus e na museologia”. O debate se complexifica a partir da imprescindível projeção das interseccionalidades na composição da referida comunidade política, direcionando as preocupações para os atravessamentos de classe e de raça, como mostram, por exemplo, as reflexões da mestra em memória social e doutora em estudos culturais, Geanine Escobar (2021), que discute a incidência das lesbianidades negras e periféricas para formulações narrativas museais.

Por outro lado, é relevante enfatizar a bem-sucedida articulação dos agentes promotores do debate com a instauração da Rede LGBT de Memória e Museologia Social do Brasil, que já existe há dez anos e que “passou a ser uma central de apoio, debates, análises e críticas sobre a museologia e sua relação com a comunidade LGBT” (Baptista; Boita, 2014: 183). É necessário frisar também a criação exitosa de canais de divulgação do debate, como a “Revista Memória LGBT”, idealizada por Jean Baptista e Tony Boita, que atinge grande alcance e repercussão: um veículo aberto com foco na publicação de textos de autores/as majoritariamente LGBTQIAPN+ com interesse no debate sobre patrimônios, museus e acervos (Baptista; Boita, 2014).

Além dessas, muitas ações pontuais têm sido realizadas no sentido de preservar e difundir patrimônios e memórias LGBTQIAPN+, o mapeamento delas se mostra um exercício constante dos agentes da “Museologia LGBT+”, com o objetivo de informar, atualizar, impulsionar, compartilhar e visibilizar tais ações promovidas à luz do debate instaurado no Brasil (Boita, 2020). Ainda se destaca dentro das universidades, nos cursos de graduação em museologia, uma discussão para transformar a “Museologia LGBT+” em disciplinas ou outros elementos curriculares, bem como em torná-la objeto de projetos de pesquisa e de extensão (Baptista et al., 2022).

Esse projeto político pretende, como importante horizonte utópico, que a pauta da “Museologia LGBT+” seja absorvida por museus convencionais/normativos. Isso ocorre principalmente quando gestores sensíveis ou afetados pelos debates inserem a diversidade sexual e de gênero como conceitos articuladores da missão institucional, dos planos museológicos, como tema de exposição e outras atividades museais, também, como agenda de formação para os trabalhadores de seus quadros (Boita, 2021). Todavia, a expressão mais impressionante dessa dimensão programática da “Museologia LGBT+” se apresenta na criação de novos museus, especialmente museus virtuais que

por sua natureza tem alto alcance de público, grande poder de mobilização e autonomia para uma gestão desvinculada das estruturas limitantes e conservadoras dos museus físicos convencionais/normativos. Como premissa, acreditamos que pessoas LGBTQIAPN+ têm criado museus não apenas para guardar patrimônios, produzir as memórias de suas experiências e, ainda denunciar a precarização de suas vidas, o que por si seria uma potência. O movimento parece ser mais audacioso e se reorienta para a tomada do arquivo com vistas à cogestão da “maquinaria museal”, à consolidação de um repertório patrimonial que legitima narrativas históricas e experiências específicas ligadas à diversidade sexual e de gênero, mas, sobretudo se impõe frente aos agenciamentos dos discursos, do que será dito sobre tais histórias e experiências.

Notas sobre memórias e patrimônios LGBTQIAPN+

Contribuindo com o projeto intelectual do eixo programático da “Museologia LGBT+”, sugerimos, do ponto de vista antropológico, uma noção de “patrimônios LGBTQIAPN+” conectada com as ideias de reparação e “cidadania patrimonial”. Entendemos que o debate acerca dessa de noção de patrimônio se inscreve em três premissas articuladas:

1. O patrimônio legitimado é forjado por moralidades conservadoras, portanto, não reflete a real participação/colaboração dos sujeitos LGBTQIA+ para a história, tampouco para a dinâmica social e a vida cultural do Brasil; 2. A ausência das narrativas e memórias LGBTQIA+ resulta, e ao mesmo tempo produz, a LGBTfobia estrutural que forja a sociedade brasileira e opera as escolhas dos signos a serem celebrados na esfera pública; 3. Os acervos individuais trancados nos armários domésticos ou de instituições públicas, em sua dimensão metonímica, falam sobre os sujeitos LGBTQIA+ tanto quanto sobre coletividades as quais pertencem e os desafio que enfrentam. (Menezes Neto; Soliva, 2022: 21).

A criação de novos museus virtuais diretamente ligados à projeção da experiência social LGBTQIAPN+ é um empreendimento comprometido menos com a perenidade material que tanto assombra os museus convencionais/normativos, e mais com a gestão dos discursos, tida como a museália relevante no jogo de disputas pela memória. A memória e o patrimônio apenas recentemente tornam-se objeto de atenção política do ativismo LGBTQIAPN+ no Brasil. Essa inércia se expressa nas poucas e atomizadas iniciativas de sistematização de acervos e arquivos dedicados a preservação da memória dessa população, mesmo aquelas que estão diretamente relacionadas à emergência do Movimento Homossexual Brasileiro no final dos anos 1970. Os registros históricos ligados à existência de pessoas que transgrediram convenções de gênero e

sexualidade estavam concentrados na produção dos saberes institucionais da medicina e psiquiatria vitorianas. As disputas em torno dessas narrativas se iniciam com a criação de espaços dedicados a sociabilidade homossexual entre as décadas de 1950 e 1960 e a consequente circulação de um conhecimento nativo através dos jornais artesanais que circulavam nesses espaços.

Conforme Menezes Neto e Soliva (2022), esses jornais compunha a primeira iniciativa de “arquivamento do eu” de grupos marcados pela clandestinidade e marginalidade. Diria os autores:

Os códigos culturais relativos à gestão da homossexualidade passam a ser divulgados e compartilhados por todos a quem chegavam essas publicações: constituía-se, assim, um acervo das práticas homossexuais em primeira mão e anos depois se converte em um material de extrema relevância para a história da experiência social das pessoas LGBTQIA+ (Menezes Neto e Soliva, 2022: 23).

Esse processo de “arquivamento do eu”, em expressão de Artières (1998), passa a contar com novos atores a partir da década de 1970. Ativistas e intelectuais que se identificavam como homens gays e mulheres lésbicas produziram novas narrativas sobre a homossexualidade, expressas em publicações mais profissionais, como o jornal *Lampião da Esquina*, e em estratégias de mobilização, como grupos de convivência e discussão que culminariam com o surgimento do Grupo Somos⁹, em São Paulo. Da colaboração entre ativistas e intelectuais resultou um conjunto de documentos que produziram potentes informações sobre a experiência homossexual, além de manifestar o desejo de construção de seus registros.

Esse é o caso da famosa análise de Edward MacRae sobre o Grupo Somos, considerado, junto com o jornal *Lampião da Esquina*¹⁰, eventos fundantes do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). A etnografia de MacRae remonta aos tempos simultaneamente áureos e sombrios da década de 1970, período marcado pela ditadura militar e pela presença de ideais contraculturais que enredariam o novo movimento em seus primeiros passos. De certa forma, o trabalho constitui um relato

⁹ De acordo com Menezes Neto e Soliva (2022: 24): “Esse grupo marcou o surgimento do moderno movimento gay organizado no país, o qual reunia uma rede de indivíduos, sobretudo homens da classe média intelectualizada. Essas pessoas se mantinham informadas sobre o que estava acontecendo em outros países, mormente em relação aos Estados Unidos”.

¹⁰ Segundo Menezes Neto e Soliva (2022: 24), o jornal *Lampião da Esquina* foi criado em 1978, sua proposta era trazer uma discussão política associada ao humor ácido e irônico característico da cultura *camp*. Apesar de ter como foco o público homossexual, o jornal tratava de uma ampla variedade de temas ligados às chamadas minorias sociais, veiculando várias matérias de interesse para as mulheres, negros, grupos indígenas e para o movimento ecológico. O *Lampião* teve forte impacto na construção do movimento homossexual brasileiro, fazendo circular ideias libertárias em relação à sexualidade.

autobiográfico do autor que não somente imergia no grupo para construir uma tese de doutorado, mas passava, assim como todos e todas que se congregavam no Somos, pelo processo de se tornar homossexual e militante homossexual, como o próprio MacRae (2018) chama a atenção.

Pelas mãos de outro ativista histórico do MHB sairia ainda um dos mais importantes registros da sociabilidade homossexual no Rio de Janeiro e em São Paulo. Green (2000) revela que entre os séculos XIX e XX já se podia encontrar o florescimento do que chamou de uma “subcultura gay” em áreas específicas desses dois centros urbanos. As regiões centrais dessas duas cidades aparecem como espaços atraentes para a prática homossexual, por resguardarem o anonimato entre aqueles que procuravam e aqueles que eram procurados para uma relação sexual furtiva. Em decorrência de suas pesquisas, James Green pode ser um exemplo de detentor de um vasto arquivo incluindo registros documentais, fotográficos e sonoros de ativistas históricos, reconhecidos na luta pelos direitos de pessoas LGBTQIAPN+.

Ainda que as pesquisas desses autores estivessem fortemente relacionadas a (re)construção de memórias, incluindo suas próprias memórias (como é o caso de MacRae), não se percebe qualquer tipo de iniciativa de construção de acervos na perspectiva da preservação e disponibilização para gerações futuras. A construção de uma consciência arquivística entre militantes do Movimento Homossexual Brasileiro parece estar diretamente associada ao período definido por Facchini (2005) como “segunda onda” do MHB. Esse momento foi marcado pela fragilidade institucional do Movimento e pela necessidade de reorganização dentro de um cenário onde os homens homossexuais eram considerados culpados pela emergência e disseminação de uma nova doença, a Aids.

A epidemia de Aids acentuou o esvaziamento dos grupos homossexuais, mas, do ponto de vista do exercício político, promoveu a formação de uma nova geração de ativistas. Muitas das pessoas que formaram os primeiros grupos da sociedade civil ligados ao combate à Aids eram homossexuais e várias delas tinham pertencido a grupos organizados do MHB. Inseridas dentro do movimento antiAids, elas passaram por um consistente processo de aprendizagem que envolvia os seguintes elementos: técnicas de negociação com o Estado, habilidades de expressão oral e escrita, articulação com distintos segmentos da sociedade civil e ligação com as mídias (GÓIS, 1999).

Nessa fase, muitos recursos destinados à participação direta da sociedade civil na luta antiaids foram alocados em novos grupos gays que começaram a surgir, o que lhes fortaleceu sob alguns pontos de vista. Primeiro, do ponto de vista financeiro, permitiu que eles pudessem organizar melhor e dar mais densidade às suas atividades. Segundo, do ponto de vista simbólico, atribui-lhes o status de interlocutor privilegiado com o Estado, antes algo considerado como impossível.

Se para Soares (2021), a “vontade de memória” do ativismo LGBTQIAPN+ internacional esteve associada ao advento da Aids entre as décadas de 1980 e 1990¹¹, no Brasil, não houve exatamente o mesmo impacto quanto à construção de políticas de memória. Essa “vontade de memória” parece antes ter se materializado em ações individuais de ativistas como João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott em um esforço operado por ambos de profissionalização das ações do MHB na tarefa de negociar políticas públicas com o Estado¹².

Aparentemente, ao entregar seu acervo pessoal ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da UNICAMP, em 1989, João Antônio Mascarenhas inaugurava uma prática pioneira de preservação de documentos políticos LGBTQIAPN+¹³. A Campanha contra o Código 302.0 (que despatologizou a homossexualidade), também a participação do Triângulo Rosa no processo Constituinte (que reivindicou a inserção da “orientação sexual” na constituição de 1988), além do processo contra o *Lampião da Esquina*, são fatos históricos só possíveis de serem acessados através dos documentos doados ao AEL. A perenidade dessa instituição talvez seja um dos principais motivos para João Antônio Mascarenhas tomar essa iniciativa. Acreditamos que ele já soubesse que a consolidação do movimento estava diretamente associada ao aprendizado sobre sua própria história.

¹¹ Esse momento foi marcado pelo aparecimento das primeiras iniciativas internacionais de construção de arquivos e museus LGBTI+, como o *GLBT Historical Society*, em São Francisco, Estados Unidos, e o *Schwules Museum*, em Berlim, Alemanha, ambos em 1985. Conforme Chantraine e Soares (2021), a crise provocada pela Aids implicou uma conexão entre a experiência coletiva da morte e a necessidade de lembrar.

¹² Segundo registros do Acervo Bajubá sobre o I Encontro Brasileiro de Homossexuais realizado em 1980, o Grupo Auê, do Rio de Janeiro, já reivindicava a necessidade da memória fazer parte da agenda dos grupos presentes no encontro.

¹³ Agildo Bezerra Guimarães foi outro importante agente que doou seu acervo pessoal ao Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, em 1995. Este acervo oferece uma compreensão importante do período anterior a formação do MHB. Atualmente, esses documentos compõem o fundo “Turma OK”. Além de possuir a jornal *O Snob*, o conjunto reúne correspondência interna e outros documentos que eram enviados aos associados da Turma OK: material impresso como panfletos, recortes de jornais e textos de outros grupos homossexuais (Menezes Neto; Soliva, 2022).

Outro ativista pioneiro na constituição de políticas de memória da população LGBTQIAPN+ foi Luiz Mott. Conforme Jean Baptista e Tony Boita (2017), Luiz Mott é o responsável pela primeira iniciativa museológica com foco na diversidade sexual, o Museu da Sexualidade, sediado na cidade de Salvador, Bahia, em 1989. De acordo com os autores, o Museu passou por inúmeras dificuldades ao longo de sua curta existência que culminaram com o fechamento de suas portas.

A partir dos anos 2000, o “ativismo memorial” LGBTQIAPN+, nos termos de Soares (2021), ampliou de forma expressiva suas ações. A prática de doar acervos pessoais a instituições públicas, como foi o caso dos acervos de João Antônio Mascarenhas e Agildo Guimarães, cedeu lugar às formas digitais de disponibilizar acervos e repositórios com conteúdos relacionados a construção da memória LGBTQIAPN+, como blogs, sites e, mais recentemente, museus virtuais. O CEDOC – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott¹⁴ (2007), o blog Memória & Histórias das Homossexualidades¹⁵ (2009) e o Acervo Bajubá¹⁶ (2010) são iniciativas pioneiras, que temos conhecimento, nesse processo.

O CEDOC – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott - foi constituído em 2007 tendo em seu acervo mais de 3000 (três mil) itens voltados a memória e história LGBTQIAPN+ incluindo livros, jornais, revistas, produções acadêmicas (artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações), CD's, DVD's, fotografias, folhetos, cartazes e grande quantidade de documentos dos grupos, dos projetos e do movimento LGBTQIAPN+. Não coincidentemente, um dos idealizadores do acervo foi Toni Reis, um dos principais articuladores da ABGLT¹⁷. Em 2010, o CEDOC, através do projeto “Restauração do Jornal Lâmpião da Esquina”, restaurou, digitalizou e disponibilizou online todas as edições desse jornal. Além da disponibilização do *Lâmpião da Esquina*, no acervo digital do CEDOC é possível encontrar material do I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids (26 a 27 de janeiro de 1995) e do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (28 a 31 de janeiro de 1995) ocorrido em Curitiba – Paraná; também material do grupo Atobá: Movimento de Emancipação Homossexual – Rio de Janeiro (1985), do Grupo Adé Dudu: grupo de

¹⁴ <https://cedoc.grupodignidade.org.br/colecoes/>

¹⁵ <https://memoriamhb.blogspot.com/>

¹⁶ <https://acervobajuba.com.br/>

¹⁷ Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e intersexos foi fundada em 1995 e congrega diferentes grupos ativistas relacionados à diversidade sexual e de gênero.

negros homossexuais – Salvador (1981), do grupo Dignidade – Curitiba (1992-2021), dentre outros.

Concebido pela historiadora e ativista Rita Colaço, em 2009, o blog Memória & Histórias das Homossexualidades possui um conteúdo voltado a eventos e personagens silenciados pela história oficial. Conforme Colaço afirma em diferentes depoimentos, o blog defende o direito à história, à memória e ao patrimônio histórico e pratica a chamada “história pública”, comunicando fatos e personagens silenciados pela história oficial como Osvaldo Nunes (cantor e compositor), Darcy Penteado (artista plástico, desenhista, cenógrafo, escritor e ativista), Leci Brandão (cantora e compositora lésbica, quando sua orientação sexual e o seu repertório com temática homossexual ainda não figuravam na cena pública) e Antônio Chrysóstomo (jornalista, produtor, crítico musical e ativista, preso e condenado injustamente). O acervo é vasto e composto de conteúdos que incluem textos e imagens variadas sobre personagens importantes para a história LGBTQIAPN+¹⁸.

O Acervo Bajubá, por sua vez, foi constituído em 2010 a partir de um grupo de colecionadores, ativistas e pesquisadores interessados em reabilitar e evidenciar a memória LGBTQIAPN+. Seu acervo é composto por livros, LPs, pôsteres e jornais relacionados a arte, resistências e existências de pessoas LGBTQIAPN+. A urgência de salvaguarda e preservação desse material e das memórias produzidas potencializou as ações desses ativistas. Em 2017, o espaço físico do acervo mudou-se para São Paulo. Entre 2019 e 2021, o acervo ficou hospedado na Casa 1, projeto social voltado ao atendimento de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade. Em 2022, o Acervo Bajubá passou a compartilhar seu espaço com o Grupo de Incentivo à Vida, em São Paulo. Através da plataforma virtual *Google Art & Culture*, o Acervo Bajubá disponibilizou a exposição *Recorte, pedaço, trecho, relato: navegando por memórias*

¹⁸ Por exemplo, de autoria do pesquisador Luiz Morando, traz informações sobre o espetáculo *Les Girls*, considerado o mito fundador da era de ouro dos Shows de Travesti no Brasil. Do jornalista e pesquisador João Carlos Rodrigues, consta uma breve referência ao trabalho e trajetória do cantor e compositor Johnny Alf, “belo exemplo da arte gay na MPB e na bossa nova”. Do historiador Jandiro Adriano Koch há textos enfocando personagens oriundos do Rio Grande do Sul, como Ektor Hofmeister (ou a Sophia Loren brasileira), Djalma dos Santos (Djalma do Alegrete) e uma entrevista (póstuma) com uma companheira da escritora Cassandra Rios. Da historiadora e ativista lesbica-feminista Marisa Fernandes, consta uma breve história sobre a visibilidade lésbica e o Ferro’s Bar, espaço de sociabilidade lésbica paulistano e palco da histórica rebelião contra a proibição de venda dos boletins *Chanacomchana* no seu interior, protagonizada por Rosely Roth e demais integrantes do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF); bem como o apoio de feministas e parlamentares heterossexuais – esse texto é ilustrado com um conjunto de imagens exclusivas e raras, de autoria da própria Marisa, documentando o interior do bar, pouco antes da reforma que o descaracterizou.

LGBT+ que envolve um conjunto variado de itens: a Audioteca Claudia Wonder, cujo foco é recuperar a memória de pessoas dissidentes na Música Popular Brasileira e o acervo da luta contra a Aids, em colaboração com o Grupo de Incentivo à Vida (GIV). Apesar desses acervos e repositórios digitais, abrigados na nomenclatura de museus, também eventualmente produzirem exposições virtuais e até mesmo cooperarem com exposições de outras instituições, como foi o caso da Exposição “Memórias de uma epidemia”, uma cooperação entre o Museu da Diversidade Sexual e integrantes do Acervo Bajubá, seu foco se volta à pesquisa sobre memória e história LGBTQIAPN+.

O surgimento dos museus virtuais com atenção especial à projeção da memória e da arte LGBTQIAPN+ tem se constituído em um experimento importante de divulgação para públicos mais amplos da história e dos patrimônios artísticos produzidos por essas pessoas. Nos dedicaremos a analisar o processo de construção de três representantes desses museus associados a um contexto de disputas entre narrativas à reivindicação de reparação histórica e cultural.

Museu Bajubá (MB)

O Museu Bajubá constitui uma iniciativa pioneira de valorização, salvaguarda e divulgação do patrimônio “LGBTI+”¹⁹, sua história está diretamente vinculada ao ativismo memorial de Rita Colaço. Moradora da Lapa, região central do Rio de Janeiro, a historiadora inicia por iniciativa própria, em 2012, a realização de roteiros “LGBTI+” por espaços do “Rio Antigo” consagrados pela presença, história e atuação de dissidentes da norma heterossexual. Os espaços habitados pela famosa Madame Satã, a antiga sede do Jornal Lampião da Esquina e o local onde nasceu e morou João do Rio (jornalista, escritor, tradutor e teatrólogo, homem gay nascido em 1881) são alguns dos lugares objetos de atenção de tais roteiros. Com um pequeno grupo de pessoas, Colaço descortinava uma pulsante sociabilidade marcada pela presença de sodomitas, uranistas, bagaxas, afeminados, invertidos, frescos, viados, lésbicas, fanchonas, entendidas e demais categorias que designavam as dissidências de sexo e de gênero.

A realização dos roteiros possibilitou abrir um conjunto de reflexões sobre a cidade e suas espacialidades. Rita Colaço apresentou um rascunho desse debate no “Seminário Museu Queer”, promovido pelo Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, em 17 de julho de 2018. Na ocasião, ela defendeu a ideia de uma “cidade como

¹⁹ O Museu Bajubá adota o acrônimo LGBTI+.

um grande acervo museológico, a céu aberto, de memórias e histórias dos protagonismos das pessoas LGBTI” (Colaço, 2018). Trata-se de uma proposta ambiciosa em que o processo de musealização passava dos objetos, consagrados como semióforos (Pomian, 1984), para os espaços, roteiros, itinerários e, sobretudo, territórios. A experiência com as visitas guiadas, a falta de iniciativas políticas para a salvaguarda da memória LGBTQIAPN+ nesses espaços, bem como o aumento do interesse pelo tema por outros/as pesquisadores/as incentivou a criação do “Museu Bajubá – Territórios LGBTI+” em 12 de junho de 2020. A escolha do nome “Bajubá” possui uma dupla motivação, conforme é possível observar na apresentação do site do Museu²⁰:

Por povo bajubá compreendemos o segmento populacional formado pelas dissidências sexuais e de gênero, bem como a cultura por elas produzida, em todos os seus aspectos. Povo, aqui, é empregado em sua acepção popular, equivalente a malta, bando ou tribo urbana. Estendendo o nome do socioleto ao próprio segmento, expressamos nossa perspectiva política de valorização da cultura dessa comunidade. Por outro lado, fugimos à instabilidade da sigla e homenageamos o Acervo Bajubá, talvez o maior repositório privado de itens do patrimônio cultural LGBTI+.

Em sua formação inicial, constituíram-se como cofundadores Rita Colaço e Luiz Morando, contando, também, com a participação de Remom Bortolozzi. Em junho de 2020, com o apoio técnico do grupo de Museologia Experimental e Imagem (MEI) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), coordenado pelo museólogo, antropólogo e professor Bruno Brulon Soares, e da estudante de museologia Thalyta Souza, foi elaborado o seu plano museológico²¹, com validade de dois anos. O documento previa duas exposições para o ano de 2020 – uma sobre os 140 anos de João do Rio e outra pelos 55 anos do Concurso de Miss Travesti Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em 5 de agosto de 2021, foi inaugurada a primeira exposição comemorativa “Cintilando e Causando Frisson”, em homenagem aos 140 anos de nascimento de João do Rio²².

²⁰ Disponível em <https://museubajuba.org/apresentacao/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

²¹ A Escola da Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG), por meio do professor Jezulino Braga, juntamente com as bolsistas Priscilla Tôres, Dandara Teixeira de Souza e Myriam Elice da Cruz, auxiliou na adoção do Tainacan (um banco de dados para coleções sob a forma de *plugin* para o *Word Press*, desenvolvido por pesquisadores brasileiros da Universidade de Brasília, UnB) como plataforma para montagem das exposições e roteiros.

²² A ação obteve o reconhecimento de parte dos maiores especialistas em João do Rio – a saber, o jornalista, escritor e pesquisador João Carlos Rodrigues e o historiador doutor Edmilson Martins Rodrigues (PUC-RJ, ex-UFF/UERJ). Disponível em <https://museubajuba.org/cintilando-e-causando-frisson/>. Acesso em: 25 mai. 2023.

Segundo Rita Colaço²³, o Museu Bajubá tem como finalidade principal, mas não exclusiva, a musealização dos territórios LGBTI+ nas cidades, que envolve uma dinâmica museal de pesquisa, análise a comunicação dos conhecimentos produzidos. Em suas palavras, “territórios LGBTI+” são:

Aqueles espaços que historicamente nos apropriamos para a nossa sociabilidade, para o sexo, para conhecer pessoas, para o lazer, para fazer as montações; são espaços de memória tal qual as boates, bares e restaurantes, as casas de ativistas, as sedes de jornais (...) Nós pesquisamos esses espaços, fazemos o tratamento dessas informações e fazemos a comunicação através de roteiros virtuais e presenciais. O Museu é organizado em estações e cada estação corresponde a uma cidade musealizada ou em musealização (Rita Colaço).

Constituído juridicamente em julho de 2022²⁴, o Museu Bajubá tem se beneficiado do trabalho voluntário de outros colaboradores, inclusive heterossexuais, organizando ações museais e produzindo conceitos museológicos, como o de território “LGBTI+”. Colaço defende a percepção dos territórios e espaços de memória “LGBTI+” nas cidades como patrimônio passível de uso como ferramenta estratégica na promoção de autoestima, reparação, integração e promoção da cultura de respeito à diversidade. No plano museológico do Bajubá, a noção de territórios musealizados ganha sentido através da categoria “estação”. Os roteiros se articulam em torno da estação que possuem coordenadores/as responsáveis pelo trabalho de pesquisa e montagem dos roteiros e exposições. Atualmente, no site do MB, é possível observar três estações: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

O uso das “estações” como estratégia expositiva permite contemplar as perambulações, derivas e trânsitos de pessoas que se deslocavam pela cidade em busca de lazer e diversão “entre iguais”. Esses trânsitos e usos subversivos provocaram a consolidação de espaços de sociabilidade conquistados à revelia da norma heterossexual. De acordo com a apresentação do museu, “Por território entendemos, conforme o sentido consagrado pela geografia, o espaço apropriado, individual ou coletivamente, a partir de relações de poder, ligado, portanto, à subjetividade daqueles que o conquistaram” (Museu Bajubá apud Silva, 2011). Assim, a noção de território se

²³ Entrevista concedida para a produção deste artigo, em 15 jun. 2023.

²⁴ Registrado no Cadastro Nacional de Museus (museus.br) do Ministério do Turismo, sob o nº 5.31.01.6927, nº SNIIC: SP-2127, obteve o seu reconhecimento “a partir dos critérios estabelecidos no artigo primeiro do Estatuto dos Museus, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009” (Ibram, s/d). Antes mesmo do reconhecimento formal o Museu já lograva êxito. Entre agosto e 10 de setembro de 2021 sua página contou com 9.794 visitas, com o registro, além do Brasil, de visitantes de Portugal, Alemanha, Suíça, Índia, Ucrânia, Liechtenstein, Polônia, Vietnã e Austrália.

relaciona diretamente a construção de identidades coletivas e subjetividades que se constituem a partir dessas ocupações.

Um olhar endereçado ao território e à construção das identidades LGBTQIAPN+ por meio do uso das cidades, permite perceber equipamentos urbanos como ruas, cabarés, buracos, praças, dentre outros, como “lugares de memória”, na expressão consagrada por Nora (1993), não porque condensam sentidos sobre a nação, mas por celebrar formas de existir que transgrediam convenções de gênero e sexualidade. Daí a importância de lugares como, por exemplo, os mictórios públicos, objeto de atenção da exposição “Os mictórios do Rio séc. XX – tesão e sociabilidade”. Por meio de fotografias de Augusto Malta, famoso fotógrafo do século XX, observa-se a importância desses espaços para a sociabilidade de homens que amavam outros homens em um momento marcado por encontros clandestinos e que se beneficiavam do anonimato da grande cidade. O Museu Bajubá, então, produz uma narrativa desses espaços e seus usos como uma experiência de sociabilidade e resistência “LGBTI+”. O roteiro dos mictórios do Rio de Janeiro está em exposição na sua página e também é feito de modo presencial periodicamente. Nesse sentido, informa Rita Colaço, o Bajubá tem dois acervos: os territórios “LGBTI+” identificados, catalogados, dispostos em roteiros nas cidades; e os documentos digitalizados disponibilizados virtualmente.

Ainda de acordo com a cofundadora, além dos territórios “LGBTI+”, o MB se empenha na produção de memórias de personagens importantes do movimento político e artístico “LGBTI+”, “ícones do nosso panteão”, como afirma. Ela explica: “Nós pesquisamos a trajetória dessas personagens, recuperamos suas biografias para apresentar a partir de datas redondas, como os 140 anos de João do Rio, como homenagem na página do Museu”. Essa ação visa produzir nomes de pessoas “LGBTI+” para a construção de uma nova narrativa que destaca os mecanismos de resistência de uma população marginalizada e estigmatizada, com vistas a conquista de uma cidadania cultural e a inscrição da população “LGBTI+” na formação da cultura brasileira.

Colaço ainda chama a atenção para a urgência de recuperar, positivar e divulgar histórias e pessoas sentenciadas ao esquecimento ou ao que chama de “registro histórico negativo”, tal como ela explica:

Na medida em que destacamos a importância da nossa história, que destacamos a importância dos nossos mecanismos de resistência, de como nós fomos capazes de fazer frente às dinâmicas de discriminação, de perseguição, de

criminalização, produzimos outros registros sobre nós mesmos. Nós não fomos invisibilizados na história, como se pensa, nós fomos inscritos na história somente em registros negativos, da criminalidade, da doença, da imoralidade. Então, agora, com as atividades da comunidade LGBTI+ no campo da memória, do patrimônio, da museologia, é um momento que estamos nos apropriamos do direito à cidadania cultural e estamos escrevendo nossa história. Nós mesmos pesquisamos nossa história e a escrevemos. Esse trabalho do Museu de fazer pesquisa, análise e comunicação do conhecimento é uma forma de valorizar essa trajetória de um grupo sempre colocado como párea, abjeto, inominável. Precisamos mostrar que estamos presentes na formação da cultura brasileira, por meio do registro positivo da história LGBTI+, a fim de contribuir com a cultura da alteridade para que possamos conviver dentro do regime do respeito às diferenças”.

Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA)

O Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA) foi idealizado por Ian Habib²⁵, em 2018, a partir de suas pesquisas para o mestrado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que resultou no trabalho intitulado “Corpos Transformacionais”, publicado em livro em 2021. Conforme informações da página do museu, o MUTHA é o único desse gênero do Brasil e um dos poucos do mundo. Sua administração é voltada para a comunidade trans, não contando com nenhum tipo de fomento fixo de órgãos governamentais²⁶. Sua proposta se articula diretamente a uma perspectiva decolonial, como expressa em sua apresentação: “O MUTHA é o único museu do Brasil que visa (re)escrever a História e difundir a Arte de pessoas corpo e gênero diversas, que foram apagadas pelo passado colonial e não apresentam ainda outro local de reinscrição na sociedade” (Habib, 2021).

Sua proposta expositiva é inovadora, se estrutura como uma obra artística articulada a um conjunto de “tecnologias transformacionais”, em expressão cunhada por Habib (2021) para se referir ao caráter plástico das ações de preservação, pesquisa, construção de acervo e arquivo do Museu. Em sua concepção, o MUTHA propõe gerar fissuras nas fronteiras estabelecidas entre o museu e a obra de arte, uma vez que se trata de um museu pensado como a própria obra de arte, implicando uma desconstrução da concepção tradicional de museu. A expressão “trans” ganha materialidade na forma como esse museu se pensa, como um corpo em movimento e nunca acabado. Essa perspectiva fica evidente nas obras de arte feitas durante o processo de concepção do museu e que constituem a sua identidade visual. Essas obras são atravessadas pelo conceito de “transespécie”, uma forma de pensar a memória trans, de acordo com Habib (2021), que evoca a transformação corporal e a transtemporalidade, ou seja, as múltiplas

²⁵ Ian Habib se identifica como uma pessoa professora, pesquisadora, artista e autora transgênera.

²⁶ Atualmente, o MUTHA conta com recursos do Programa Aldir Blanc Bahia.

temporalidades da transformação corporal, diria Habib (2021). Vale salientar que ao se identificar como Museu Transgênero o próprio Museu expõe sua identidade se impondo como um museu trans, uma instituição que se pensa a partir de uma experiência trans, subvertendo o que Soares (2021: 119) chamou de “museu ultra-masculino, transfóbico, homofóbico e impenetrável”.

Ao romper com o conceito de museu como espaço de apresentação - resignando-o ontologicamente, tornando-o ao mesmo tempo força musealizadora e museália²⁷, o MUTHA propõe um duplo movimento: um processo “autopoiético”, diria Habib (2021), para se referir ao “presenciar criando”, um processo de se tornar o próprio objeto estético. Outro processo é aquele que Habib (2021) define como “metamuseológico”, um movimento crítico dirigido à ontologia do museu e as dicotomias que o estrutura. Nele, limites como humano e não-humano, homem e mulher, arquivo e acervo, obra de arte e museu são tensionados.

Habib (2021) propõe uma perspectiva transformacional, performativa e fabulativa. Ele discorre:

A perspectiva transformacional apresenta como foco a transmutação, explorando as transformações corporais e as alterações em estados das matérias. A performativa nos apresenta um museu como performance, ou seja, explorado em sua dimensão de ação. A fabulativa é um convite para a produção de novos corpos e mundos (Habib, 2021).

A partir dessa proposta de museu, o MUTHA também sugere mudanças significativas no processo de construir história, memórias e acervos. A concepção de história do museu parte de uma perspectiva decolonial e transfeminista, combinando uma crítica direcionada a fatos históricos registrados pela cisgeneridade – marcados por omissões, invisibilidade e destruição de arquivos –, e a (re)escrita histórica a partir das “transcestrais”. A noção de “transcestrais” evoca uma necessidade premente de recuperar os antecedentes históricos de uma geração de pessoas corpo e gênero diversas, que tiveram suas histórias marcadas por silenciamento e invisibilidade.

Nesse sentido, o arquivo histórico do MUTHA (AHMUTHA) envolve uma variedade de produções que se dividem em: 1) Acervos MUTHA^{antes}, composto de produções experimentais do próprio museu, sejam obras de arte ou performances; 2) Acervos de pesquisa, que envolvem os acervos pessoais e artísticos de Ian Habib e Juno Nedel; 3) Acervos Transcestrais, dedicado a trajetória de pessoas trans importantes que

²⁷ Museália é como o campo da museologia designa o objeto de museu, aquele que passa pelos processos de musealização ganhando novos sentidos para além de sua função ordinária.

já faleceram; 4) Arquivo Vivo, definido como uma tecnologia virtual de manipulação de memórias que possui curadoria compartilhada, a qual conta com o esforço de pessoas trans para selecionar e enviar seu material na perspectiva de se autoarquivar.

As coleções do Arquivo Vivo incluem acervos de Kelly Passos, Fabiane Galvão e Keila Simpson. O acervo dessa última cobre amplo período que revela importantes fatos sobre a construção do movimento antiaids e do movimento trans no Brasil. Keila tem atuação destacada no movimento LGBTQIAPN+ desde início da década de 1990, foi presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), dentre outros feitos políticos.

A experiência do MUTHA tem apontado para dimensões importantes do debate sobre museus e processos de musealização a partir da necessidade de incluir corpos e gêneros diversos. Um dos pontos centrais desse debate é aquele que se refere a urgência de se conferir historicidade a um conjunto de pessoas alijadas da história oficial. Ao criar fissuras na museologia e no conceito tradicional de museu, o MUTHA vem contribuindo com o aprofundamento do processo de descolonização desses espaços, estimulando e valorizando novas narrativas que burlam normatividades e rompem com a noção “história única” (Adichie, 2009).

O Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB)

Criado em 2020, o Arquivo Lésbico Brasileiro é o resultado dos esforços de pesquisadoras e ativistas ligadas às experiências sociais e a história política lésbicas, empenhadas em compartilhar suas pesquisas e materiais (registros documentais) coletados. O Arquivo se define como “uma instituição sem fins lucrativos dedicada à preservação, difusão e democratização do acesso às memórias lésbicas. Ao dar proteção legal a todo tipo de registros das lesbianidades, buscamos combater o apagamento histórico”²⁸. A instituição, portanto, atua com vistas a preservar registros históricos relativos às lesbianidades e a democratizar o acesso a esses conteúdos por meio de acervos digitais, promovendo a construção e o compartilhamento de uma historicidade lésbica. Segundo Augusta da Silveira de Oliveira²⁹, historiadora e cofundadora do ALB: “concluimos que a circulação de materiais de pesquisa entre nós ainda era restrita e desejávamos que qualquer pessoa interessada nas lesbianidades pudesse acessá-los”.

²⁸ Disponível em <https://www.arquivolesbicobrasileiro.org.br/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

²⁹ Em entrevista concedida em junho de 2023, para a produção deste artigo. Augusta da Silveira de Oliveira é doutoranda em História na Brown University, bacharel e mestra em História pela UFRGS.

Surge, então, uma instituição que torna público e de fácil acesso um conjunto potente de registros históricos, especialmente jornalísticos, resultado de anos de pesquisa e ativismo lésbico. Os termos do estatuto foram discutidos e, em 19 de dezembro de 2020, aconteceu a assembleia de fundação do Arquivo Lésbico Brasileiro, assim como a posse de sua primeira diretoria. O artigo 6º do estatuto versa sobre os objetivos da instituição:

- I – Preservar registros históricos relativos às lesbianidades, oriundos do Brasil ou do exterior;
- II – Democratizar o acesso a registros históricos sobre lesbianidades, tais como materiais escritos, imagéticos, audiovisuais, testemunhos orais e em quaisquer outros formatos compatíveis com a capacidade de armazenamento da entidade;
- III – Ser um centro de referência de pesquisa e documentação lésbica;
- IV – Contribuir para o exercício da cidadania de lésbicas com ações voltadas para educação, cultura, memória, saúde e direitos humanos.

De acordo com Augusta Oliveira, “o ALB preenche uma lacuna na preservação da memória lésbica no Brasil, ao mesmo tempo em que se conecta com uma tradição de resistência lésbica, de criação de uma subcultura e de uma rede de relações que existiu e prosperou apesar da repressão”. Ela ainda destaca que o arquivo também se relaciona com uma trajetória mais ampla de iniciativas LGBTQIAPN+ em favor da preservação da memória e dos registros das “vivências fora da norma”, através da criação de redes e do reconhecimento da conexão entre essas vivências dissidentes:

Embora haja a necessidade política de um arquivo lésbico, ele só pode existir como parte de uma ampla rede LGBTQIA+ de memória e patrimônio. Ao sinalizar a especificidade das experiências lesbianas ao longo da história, o ALB fortalece um discurso coletivo de preservação e importância social e política de projetos de memória LGBTQIA+ (Augusta Oliveira).

O Arquivo Lésbico Brasileiro faz a digitalização, a catalogação e a classificação (protocolos museais clássicos) de um vasto material angariado e compartilhado, formando um acervo virtual rico, composto por periódicos independentes, periódicos da imprensa comercial, livros de literatura lésbica, livros acadêmicos, trabalhos acadêmicos, fotografias analógicas e digitais, cartões-postais, cartilhas, panfletos, ilustrações, videoaulas e zines. Construído por meio de doações, trata-se de um acervo produzido e organizado por mulheres lésbicas e sobre a história e a experiência social lésbica no enfrentamento à repressão e ao preconceito. O ALB disponibiliza gratuitamente documentos históricos, peças raras, que servem de recurso para a renarração da inscrição política de um grupo social duplamente excluído pela história

oficial, evidenciando, por conseguinte, a participação de mulheres lésbicas nos movimentos sociais LGBTQIAPN+ e na narrativa sobre a construção da nação.

A cofundadora entrevistada ressaltou, por fim, a importância política das ações do ALB ocupando o espaço virtual para a preservação dos registros históricos que visibilizam as existências lesbianas, gerando a construção de redes de difusão de informações, conteúdos e narrativas mais potentes sobre a experiência social lésbica. Para ela, um acervo virtual é vivo, compartilhado incessantemente, e tem por obrigação dialogar intensamente com a comunidade LGBTQIAPN+, expressando seus anseios e munindo-a de informações e reflexões que operem na produção de cidadania. Em suas palavras:

Comunidades marginalizadas se interessam na preservação de registros de existências lesbianas de períodos anteriores ao atual e se envolvem na construção coletiva de espaços e bancos de dados acessíveis para outras pessoas. Os arquivos virtuais surgem dessa necessidade de construção de redes, mas também da difusão excessiva de informações possibilitada pela internet. A importância de ocupar a virtualidade se apresenta justamente como forma de legitimar e congregar as informações e disponibilizá-las para o uso da comunidade. Um arquivo acessível é um arquivo que dialoga com a comunidade LGBTQIA+.

Considerações finais: o desejo de museu e a musealização da diferença

O cruzamento da experiência dos três museus virtuais destacados aponta para algumas dimensões expressivas do que aqui pensamos como “musealização da diferença”. Primeiramente esse processo demanda a produção de um repertório de categorias e conceitos específicos que traduzam as epistemologias e as atividades propostas. Assim “territórios LGBTI+”, do Museu Bajubá; “imprensa lésbica”, “memória lésbica” e “existências lesbianas”, do Arquivo Lésbico Brasileiro; “tecnologias transformacionais”, “transespécies” e “acervos transancestrais”, do Museu Transgênero de História e Arte, informam sobre o esforço dessas instituições na construção de um léxico próprio para qualificar a análise, uma vez que categorias e conceitos impressos nos debates museológicos e nas práticas museais normativas não abarcam a complexidade do reconhecimento de patrimônios LGBTQIAPN+ e sua musealização.

Como segundo ponto do referido cruzamento, chamamos a atenção para o entendimento que os atravessa acerca dos museus clássicos/tradicionais/normativos como dispositivos manipulados para a reprodução das lógicas e da organização social cisheteronormativa. Parece uma premissa fundadora a ideia de que os museus alojaram as pessoas LGBTQAPN+ num vazio temporal, formando um grupo social sem passado,

ancestralidade, história ou qualquer participação na cultura nacional, logo, sem registros musealizáveis. Assim, os museus virtuais encampam um processo didático de realocar historicamente esse grupo remontando um passado de luta política, de criatividade artística e de feitos históricos e culturais. Esse movimento, por sua vez, é ancorado na afirmação da existência de um conjunto imenso de registros, materiais e imateriais, com potencial para se tornarem museálias. De fato, o trabalho dos museus LGBTQIAPN+ é sobretudo o de defender a musealidade³⁰ dos rastros históricos LGBTQIAPN+, informando que eventos, prédios, territórios, personagens, documentos e outros marcos que envolvem tal população devem ser objetos/coisas do interesse museal e museológico. Entendemos que a disputa pela musealidade dos registros LGBTQIAPN+ é uma dimensão da “cidadania patrimonial” (Lima Filho, 2015).

Por fim, as três instituições manifestam seu “desejo de museu” como estratégias na disputa pelo arquivo, nos termos de Foucault, e controle do discurso com vistas à promoção da visibilidade das questões LGBTQIAPN+ e da luta por garantia de direitos. Esses museus virtuais encaram abertamente o seu papel político, negando a posição de neutralidade, e pretensa assexualidade, dos museus clássicos/tradicionais/normativos, mobilizando com regularidade as noções de visibilidade, reconhecimento e reparação, como propósitos de suas existências; e as de apagamento, exclusão e negação como embates fundantes.

Ainda em processo de consolidação, os museus e arquivos virtuais cumprem um importante papel de fazer emergir as “memórias subterrâneas”, diria Pollak (1989) produzidas pela população LGBTQIAPN+, missão que os museus físicos por décadas não se mostraram interessados em encampar. Assim afirmam Rita Colaço, do Museu Bajubá, “a nossa missão enquanto museu não é apenas salvaguardar e comunicar, é também defender o patrimônio nacional LGBTI+”; e também Augusta da Silveira de Oliveira, representante do Arquivo Lésbico Brasileiro: “há uma implicação política e afetiva na criação de acervos e coleções exclusivamente lésbicas”.

Ocupar a virtualidade é um agenciamento estratégico para a mudança no cenário museal, pois o espaço virtual abriga e projeta iniciativas diversas de identificação, preservação e divulgação dos patrimônios e das memórias LGBTQIAPN+, bem como mostra-se uma alternativa mais acessível financeiramente uma vez que criar um museu

³⁰ O valor específico que garante a legitimidade da informação e a força de representação de alguns registros materiais e imateriais. A musealidade é parte da discussão sobre a musealização e as escolhas do que deve ou não entrar no museu.

virtual prescinde de um orçamento menor em relação ao empreendimento de um físico. Ainda vale destacar que os conteúdos dos museus virtuais têm largo alcance, permitindo, como afirma Rita Colaço:

Levar nossa mensagem de cidadania, de respeito, de orgulho, de dignidade, de cidadania cultural (prevista em constituição) para muitos lugares do Brasil e do exterior. Esse é o aspecto revolucionário da virtualidade, a possibilidade de atingir pessoas em diversos lugares (Rita Colaço).

Também de acordo com a cofundadora do Museu Bajubá, o cenário de falta de reconhecimento dos patrimônios e memórias LGBTQIAPN+ mudou bastante, contudo, ainda está longe do ideal – que seria, a princípio, uma maior atuação do estado que implicaria em políticas públicas de patrimônio ligadas à diversidade sexual e de gênero. Ela argumenta:

A gente vê, ao menos desde 2017, um incremento na preocupação da comunidade LGBTI+ e na proliferação de iniciativas. Temos outras propostas de museus, como o museu da diversidade sexual de São Paulo, o MUTHA, o Arquivo Lésbico Brasileiro, temos pontos de cultura. Outras novas propostas estão surgindo, como por exemplo, o Grupo Arco-íris que está em vias de inauguração do Museu do Ativismo do Rio de Janeiro. Então, hoje em dia podemos dizer que o momento é auspicioso no campo da construção das memórias, da necessidade preservar o nosso patrimônio. Isso não significa que está tudo às mil maravilhas. O que mudou foi a postura dos intelectuais das diversas profissões do campo, mas temos ainda problemas muito sérios. Por exemplo, a necessidade de digitalização do arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, nós temos o prédio do Cabaré Casa Nova que é o patrimônio material LGBTI+ mais representativo no Rio de Janeiro e que anda abandonado (Rita Colaço).

O debate sobre musealização da diferença que requeremos não está a serviço da celebração dos museus e das premissas conservacionistas do campo patrimonial. Entendemos, por outro lado, que musealidade dos registros históricos e marcos da experiência LGBTQIAPN+ foram pautados por museus cishetrocentrados, promotores de leituras museológicas propositalmente alheias aos marcadores sociais de gênero e sexualidade. Instituições como o MUTHA, o Bajubá e o Arquivo Lésbico Brasileiro entram na disputa para instaurar na esfera pública novas narrativas e também para impor a importância histórica e cultural da museália oriunda dos patrimônios LGBTQIAPN+. Os museus *saem do armário* quando ativistas e militantes LGBTQIAPN+, protagonistas desse processo, sequestram a “maquinaria museal” e exigem que “a diversidade sexual e de gênero seja uma constituinte irrefutável da patrimonialização e da musealização dos bens culturais.” (Menezes Neto; Soliva, 2002: 28).

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 09-34, 1998.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 175-192, 2014.
- BAPTISTA, Jean; CASTRO, Thainá; BOITA, Tony; BRAGA, Jezulino Lúcio; ESCOBAR, Geanine V.; TEDESCO, Caio.; GIOVANAZ, Marlise; BRITTO, Clóvis.; WICHES, Camila A. de M.; SILVA, Ana Paula; FARIA, Kalyna Y. S. Ensino, Pesquisa e Extensão em Museus e Museologia LGBTQ+: recomendações Queer à formação museológica. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 29-52, 2022.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia comunitária, comunidades LGBT e direitos humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 132-146, maio 2017a.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 5, set. 2017b.
- BOITA, Tony. *Museologia LGBTQ: cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores*. Rio de Janeiro, Metanoia, 2020.
- BOITA, Tony. Museologia LGBTQ aplicada: uma experiência de gestão no Museu das Bandeiras. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 61, n. 17, p. 85-108, abr. 2021.
- BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean; HABIB, Ian; SABARÁ, Deborah. Museologia Comunitária LGBTQ+: Museu Transgênero de História da Arte e Ponto de Memória Aquenda as Indacas no ensino de Museologia. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 18-28, 2022.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019.

CHANTRAINE, Renaud; SOARES, Bruno Brulon. Introduction. *Museum International*, LGBTQI+ Museums, v. 72, n. 3-4, pp. 1-13, 2020.

COLAÇO, R. Memórias e Histórias das Homossexualidades. Invisibilização & Presença de homossexuais, travestis e transexuais na história e na cultura. 2018. Disponível em: <https://memoriamhb.blogspot.com/2018/11/invisibilizacao-presenca-de.html> Acesso em: 29 jun. 2023.

ESCOBAR, Geanine V. Por uma Museologia Lésbica Negra. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 61, n. 17, p. 5-41, abr. 2021.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos de 1990*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FONSECA, Lirous K'yo. No Museu, onde está a Travesti? *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 07-6, jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso: Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

GÓIS, João Bôsko Hora. *Vestígios da força das palavras: escritos sobre a aids*. 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília, ABA, 2012. p. 59-74.

HABIB, Ian Guimarães. *Corpos Transformacionais: a transformação corporal nas artes da cena*. São Paulo, Ed. Hucitec, 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 2003.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos Pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro, Ed. Casa da Palavra, 2005.

LADEIA, C. L. Mayara; CASTRO, Tainá. A Museologia LGBT existe? reconstruindo os passos do movimento LGBT+ junto à museologia brasileira. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 231–248, 2022.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania patrimonial. *Anthropológicas*, Recife, v. 26, n. 2, p. 134-155, 2015.

LOBO FERNANDES, Victoria. Museologia Sapatão: uma proposta comunitária expositiva. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 220–230, 2022.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador, EDUFBA, 2018.

MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago B. Patrimônios LGBTQIA+: tensões e disputas no campo patrimonial. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, Cuiabá, v. 9, n. 19, p. 17- 32, jan.-abr. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: Le GOFF, Jacques (Org.). *Enciclopédia Einaudi. Memória / História*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v.1, p.51-86.

SOARES, Brulon Bruno. Museu queer e Museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 81–94, 2020.

Os Desajustados da Floresta: corpos dissidentes em museus insubordinados. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 10, n. 20, p. 102–121, 2021.